A EDUCAÇÃO POPULAR ENQUANTO MECANISMO DE FORTALECIMENTO DAS LUTAS SOCIAIS: A ATUAÇÃO DO PROJETO SER-TÃO NOS ACAMPAMENTOS DO MST.

Maria do Socorro Diógenes PINTO[[1]](#footnote-1)

Tayro Leopoldo de Oliveira BEZERRA[[2]](#footnote-2)

GD V - Educação Popular, Movimentos Sociais E Educação Do Campo

# Resumo

Esse trabalho tem como objetivo discutir a educação popular enquanto mecanismo de fortalecimento das lutas sociais e empoderamento do povo oprimido. Para tanto, analisaremos as formações político sociais, sob a perspectiva da educação popular, realizadas pelo Projeto de Extensão Ser-Tão nos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST. O referido projeto é vinculado a Faculdade de Direito, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, e desenvolve ações de assessoria jurídica popular e educação popular juntos aos movimentos sociais e comunidades vulneráveis de Mossoró e região. Como procedimentos metodológicos utilizamos a pesquisa ação, tendo em vista o fato de estarmos diretamente inseridos no processo de intervenção a ser analisado, bem como a pesquisa bibliográfica, nos respaldando na análise das obras de autores como Paulo Freire (1987, 2001, 2002), Carlos Rodrigues Brandão (2006), Adriano Nogueira (1993), dentre outros. Além disso, realizamos entrevistas com militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, como forma de avaliar a intervenção do Projeto Ser-Tão na formação política e social das/os acampadas/os. Os resultados obtidos nos demonstraram que as formações facilitadas pelos membros do Ser-Tão contribuíram para o empoderamento das/os militantes, e consequentemente, para o fortalecimento do movimento na região.

**Palavras-chave**: EDUCAÇÃO POPULAR; EMPODERAMENTO; ACAMPAMENTOS

Falar sobre Educação Popular nos leva impreterivelmente a adentrar no inestimável legado de ensinamentos de Paulo Freire (1921-1997), os quais deixaram importantes reflexões sobre o processo de ensino-aprendizagem, em especial sobre os seus métodos. Ao compreender as classes populares como detentoras de um saber não reconhecido, bem como excluídas do conhecimento historicamente acumulado pela sociedade, esse sábio educador desenvolveu seu trabalho no sentido de demonstrar a relevância de se construir uma educação a partir do conhecimento do povo e com o povo, de modo a contribuir no seu processo de libertação das opressões sofridas, assim como proporcionar uma leitura da realidade sob a ótica da/o oprimida/o.

As palavras introdutórias de Paulo Freire, na dedicatória do seu livro Pedagogia do Oprimido, a saber, “Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim, descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam” (FREIRE, 1987, p. 12), refletem a opção de classe feita por esse educador, e se colocam como uma espécie de chamado, uma convocatória para participarmos da luta do povo.

A educação popular se propõe a resolver a dicotomia entre o discurso pedagógico, e também o jurídico, que apresenta a educação como direito de todas e de todos, e a prática educativa que, na verdade, exclui do processo de ensino-aprendizagem as classes historicamente oprimidas. Desse modo, pretende fazer uma educação a partir e com as classes subalternas e populares, para e com aquelas/es que foram oprimidas/os pela sociedade, e por isso excluídas/os dos bancos escolares e universitários.

É uma educação voltada para o povo e que se constrói através do saber popular, saber esse que dignifica a mulher e o homem oprimida/o, e uma vez alicerçado em seu reconhecimento enquanto sujeito histórico constrói o seu empoderamento e libertação. Pauta-se em um conhecimento construído, de modo coletivo, a partir das vivências do povo, trabalhando com ações que integrem a comunidade e desenvolvam a reflexão crítica sobre as questões que afetam o cotidiano das/os educandas/os.

Para Brandão,

[...] a *educação popular* é uma prática social. Melhor, é um domínio de convergência de práticas sociais que têm a ver, especificamente, com a questão do conhecimento. Com a questão da possibilidade da construção de um saber popular. Da apropriação, pelas classes populares, do seu próprio saber. Aquilo que é a fala e a lógica que traduzem a passagem de sujeitos e classes econômicos, para sujeitos e classes políticos. (BRANDÃO, 2006, p. 51 - 52)

A educação popular é vista enquanto um ato político, pois torna-se instrumento de emancipação das classes populares, que ao discutir criticamente o seu próprio saber popular percebem a sua opressão e a partir de então se organizam em busca da sua liberdade. Liberdade que as/os torne senhoras/es de si e de seu trabalho e capazes de ter uma vida digna ao lado de sua família.

Conforme Freire (2001), uma educação popular e verdadeiramente libertadora é baseada a partir de uma educação que problematize a realidade do homem, baseando-se em perguntas provocadoras de novas respostas, possibilitando um diálogo crítico, reflexivo e libertador, de modo a auxiliar no reconhecimento das/os oprimidas/os enquanto sujeitos históricos. Assim, a educação popular funciona como alicerce não só do processo educacional, mas também, e principalmente, da formação política dos indivíduos, posto que se pauta na emancipação dos sujeitos a partir de sua própria descoberta, criticando, desta feita, o modelo de educação bancária, onde as/os estudantes apenas armazenam o conhecimento sem questioná-lo ou vivenciá-lo dentro de suas próprias realidades. Pois, de acordo com Freire (2002 p.16) "[...] transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador".

Desse modo, podemos dizer que a educação popular constitui-se além de ato educacional como um ato político, uma vez que desvela a criticidade dos sujeitos sobre a sua condição social – de oprimida/o, subalterna/o ao poder da classe dominante – e as/os faz enxergar que é possível se insurgir e lutar para se libertar da opressão em que vivem. Nesse contexto, a educação popular pode ser vista “como o esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica” (FREIRE; NOGUEIRA, 1993, p.19).

Portanto, levando em consideração o papel da educação freiriana no processo de emancipação do povo oprimido, decidimos investigar se a educação popular pode funcionar enquanto mecanismo de fortalecimento das lutas sociais, voltadas a defesa dos direitos humanos. Para tanto, analisamos o trabalho desenvolvido pelo Projeto Ser-Tão: assessoria jurídica e educação popular no semiárido, junto aos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST.

O Ser-Tão é um projeto de extensão vinculado a Faculdade de Direito – FAD, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, mas que se organiza de modo interdisciplinar e interinstitucional. Possuindo hoje 30 membros dentre estudantes direito e agronomia, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA e Universidade Potiguar – UNP, além de profissionais do direito e da biologia.

É um grupo que tem por base uma perspectiva contra hegemônica, freiriana, marxista, feminista, e, principalmente, popular. Que desenvolve a sua *práxis* sob duas perspectivas, a assessoria jurídica popular e a educação popular. A primeira se baseia na assessoria jurídica aos movimentos populares, assessorando-os tanto nas demandas judiciais como nos atos políticos de reinvindicação de seus direitos. A segunda se desenvolve através das formações político-sociais, sob a perspectiva da educação popular, realizadas junto aos grupos e movimentos sociais aos quais prestam assessoria.

Suas ações são realizadas junto a três acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, quais sejam: o acampamento Edivan Pinto, situado no município de Apodi, o acampamento Edvaldo Guerreiro, localizado em Carnaubais e o acampamento Cirilo de Oliveira Neto situado às margens da RN 013, que liga os municípios de Mossoró e Tibau.

Nesse sentido, o Projeto Ser-tão reproduz um modelo de assessoria jurídica popular que se contrapõe-se ao assistencialismo, haja vista que se trabalha no sentido de empoderamento dos sujeitos, através dos cursos de formação sob a perspectiva da educação popular e do acompanhamento de causas coletivas, utilizando-se do direito como instrumento de luta em defesa das/os oprimidas/os. As suas ações buscam aproximar a/o estudante das demandas sociais e assim proporcionar um pensamento crítico-reflexivo da realidade, de modo a contribuir para o fortalecimento da luta dos grupos oprimidos, que de forma organizada ou instintiva buscam o reconhecimento e efetivação de seus direitos por meio da resistência ativa que a situação de espoliadas/os legitima.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular.** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade.** 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa.** 25 ed.São Paulo: Paz e Terra. 2002.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular.** 4. ed. Petrópolis: 1993.

1. Graduanda do Curso de Direito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. E-mail: corrinhadiogenes@hotmail.com. [↑](#footnote-ref-1)
2. Professor dos Cursos de Direito e de Administração da Faculdade Mater Christi. E-mail: tayrobezerra@hotmail.com. [↑](#footnote-ref-2)